

	ESTADO DA PARAIBA COMPANHIA DOCAS DA PARAÍBA	
	NÍVEL SUPERIOR - EDITAL Nº 01/2015	
	ADVOGADO	

NOME DO CANDIDATO	ASSINATURA DO CANDIDATO	RG DO CANDIDATO
-------------------	-------------------------	-----------------

LEIA COM ATENÇÃO AS INSTRUÇÕES ABAIXO

INSTRUÇÕES GERAIS

- I. Nesta prova, você encontrará 04 (quatro) páginas numeradas sequencialmente, contendo 30 (trinta) questões correspondentes à seguinte disciplina: Língua Portuguesa (10 questões) e Conhecimentos Específicos (20 questões).
- II. Verifique se seu nome e número de inscrição estão corretos no cartão de respostas. Se houver erro, notifique o fiscal.
- III. Assine e preencha o cartão de respostas nos locais indicados, com caneta azul ou preta.
- IV. Verifique se a impressão, a paginação e a numeração das questões estão corretas. Caso observe qualquer erro, notifique o fiscal.
- V. Você dispõe de 03 (três) horas para fazer esta prova. Reserve os 20 (vinte) minutos finais para marcar o cartão de respostas.
- VI. O candidato só poderá retirar-se do setor de prova 01 (uma) hora após seu início.
- VII. O candidato não poderá levar o caderno de questões. O caderno de questões será publicado no site do ibfc, no prazo recursal contra gabarito.
- VIII. Marque o cartão de respostas cobrindo fortemente o espaço correspondente à letra a ser assinalada, conforme o exemplo no próprio cartão de respostas.
- IX. A leitora óptica não registrará as respostas em que houver falta de nitidez e/ou marcação de mais de uma alternativa.
- X. O cartão de respostas não pode ser dobrado, amassado, rasurado ou manchado. Exceto sua assinatura, nada deve ser escrito ou registrado fora dos locais destinados às respostas.
- XI. Ao terminar a prova, entregue ao fiscal o cartão de respostas e este caderno. As observações ou marcações registradas no caderno não serão levadas em consideração.
- XII. É terminantemente proibido o uso de telefone celular, pager ou similares.

Boa Prova!



.....
DESTAQUE AQUI



GABARITO DO CANDIDATO - RASCUNHO



Nome:	Assinatura do Candidato:	Inscrição:
-------	--------------------------	------------

1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20	21	22	23	24	25
<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
26	27	28	29	30																				
<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>																				

RASCUNHO

Texto I

Sinto-me um pouco intrusa vasculhando minha infância. Não quero perturbar aquela menina no seu ofício de sonhar. Não a quero sobressaltar quando se abre para o mundo que tão intensamente adivinha, nem interromper sua risada quando acha graça de algo que ninguém mais percebeu.

Tento remontá-la aqui num quebra-cabeças que vai formar um retrato – o meu retrato? Certamente faltarão algumas peças. Mas, falhada e fragmentária, esta sou eu, e me reconheço assim em toda a minha incompletude.

Algumas destas narrações já publiquei. São meu rebanho, e posso chamá-las de volta quando quiser. Muitas eu mesma vi e vivi; outras apanhei soltas no ar, pois sempre há quem se exponha a uma criança que finge não escutar nem enxergar muita coisa da sua vida ao rés-do-chão.

Aqui onde estou – diante deste computador, nesta altura e deste ângulo –, afinal compreendo que não são as palavras que produzem o mundo, pois este nem ao menos cabe dentro delas. Assim aquela menina dançando no pátio na chuva não cabia no seu protegido cotidiano: procurava sempre o susto que viria além.

Então enfiava-se atrás dos biombos da imaginação, colocava as máscaras e espiava o belo e o intrigante, que levaria o resto de sua vida tentando descrever.

(Lya Luft, *Mar de dentro*, p. 13-14)

1) O texto acima pode ser entendido como pertencente à tipologia narrativa. Desse modo, todos os elementos abaixo comprovam essa classificação, exceto:

- a) a presença de um narrador em primeira pessoa que relata, com parcialidade, os fatos e elementos descritos.
- b) referências espaciais como o estar “diante deste computador, nesta altura e deste ângulo”.
- c) A presença de personagens como “aquela menina no seu ofício de sonhar”.
- d) A defesa de um posicionamento que fica claro na oposição entre o adulto e a criança no texto.

2) A leitura do texto, tomado em sua totalidade, permite inferir que:

- a) A postura intrusa, referida no primeiro parágrafo, refere-se à falta de permissão para entrar na casa da menina.
- b) As atitudes de uma pessoa são, invariavelmente, as mesmas, na infância ou na fase adulta.
- c) As narrações já publicadas pela narradora são sempre resultados de experiência que ela vivenciara na infância.
- d) O retrato fragmentado e a imagem de um “quebra-cabeças” são resultados de uma postura recordadora.

3) No texto, alternam-se exemplos de conotação e denotação. Assinale a opção em que NÃO ocorre o emprego conotativo da linguagem.

- a) “São meu rebanho, e posso chamá-las de volta quando quiser.” (3º§)
- b) “outras apanhei soltas no ar, pois sempre há quem se exponha a uma criança”(3º§)
- c) “Aqui onde estou – diante deste computador, nesta altura e deste ângulo” (4º§)
- d) “Então, enfiava-se atrás dos biombos da imaginação, colocava as máscaras” (5º§)

4) No texto, destaca-se o emprego de duas funções da linguagem. São elas:

- a) emotiva e poética
- b) apelativa e referencial
- c) metalinguística e fática
- d) referencial e emotiva

5) No fragmento “Assim aquela menina dançando no pátio na chuva não cabia no seu protegido cotidiano: procurava sempre o susto que viria além.” (4º§), a autora deixa entrever uma característica da menina que pode ser entendida como:

- a) conformismo
- b) ousadia
- c) limitação
- d) insegurança

Considere o trecho abaixo para responder às questões 6 e 7 seguintes:

“Não a quero sobressaltar quando se abre para o mundo que tão intensamente adivinha, nem interromper sua risada quando acha graça de algo que ninguém mais percebeu.” (1º§)

6) Os dois fragmentos destacados no trecho relacionam-se sintático-semanticamente. Assinale a opção que indica, corretamente, o tipo de relação sintática que há entre eles e o valor semântico explicitado.

- a) dependência sintática; oposição
- b) independência sintática; adição
- c) dependência sintática; tempo
- d) independência sintática; conclusão

7) Assinale a opção em que se aponta, erroneamente, a análise sintática do termo indicado.

- a) “que tão intensamente adivinha” – objeto indireto
- b) “o mundo que tão intensamente” – adjunto adverbial
- c) “Não a quero sobressaltar” – objeto direto
- d) “ninguém mais percebeu” – sujeito

8) Considerando o contexto, indique a opção em que haja um prefixo cujo valor semântico encontra-se, corretamente, indicado.

- a) “remontá-la” (2º§) – excesso
- b) “incompletude” (2º§) – posição intermediária
- c) “exponha”(3º§) - movimento de saída
- d) “rebanho” (3º§) - repetição

Texto II



9) A propaganda acima busca expressividade na apresentação do tema ao leitor. Desse modo, o recurso que MELHOR se destaca na construção de um efeito semântico é:

- a) o verbo “denuncie” flexionado no modo imperativo.
- b) o humor provocado pela imagem do urso com venda nos olhos.
- c) a palavra infantil que se relaciona com a imagem do urso.
- d) a ambiguidade provocada pela expressão “dá pena”.

- 10) Considerando as normas para redação de correspondências oficiais e a estrutura desses documentos, assinale a opção em que se faz uma afirmação correta.
- O memorando é um documento utilizado para comunicação interna em uma empresa.
 - Deve-se sempre usar o vocábulo “obrigado/a” como fecho de correspondências oficiais.
 - Os números presentes no corpo do texto de uma ATA não devem vir escritos por extenso.
 - Um parecer é um documento usualmente empregado para registrar as decisões de uma reunião ou assembleia.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

- 11) Assinale a alternativa correta que indica o princípio doutrinário pertinente à interpretação da norma constitucional ligado à noção de que existindo um conflito entre duas normas constitucionais, fora da situação ligada à máxima efetividade dos direitos fundamentais, a aplicação das normas antagônicas deve ser resolvida pelo intérprete com a busca no interior do sistema por um ponto comum que possibilite a convivência dessas normas conflituosas, extraindo de cada uma delas uma função útil no interior do sistema, sem que a aplicação de uma implique a supressão da outra.
- Princípio da supremacia da Constituição.
 - Princípio da unidade da Constituição.
 - Princípio da cedência recíproca.
 - Princípio da colocalidade.
- 12) Considere as características do Poder Constituinte Originário e do Poder Constituinte Derivado e assinale a alternativa correta.
- A existência de cláusulas pétreas, cujas garantias não podem ser abolidas ou diminuídas, constitui limitação material imposta ao Poder Constituinte Derivado.
 - A impossibilidade da reapresentação de uma proposta da emenda constitucional rejeitada, antes da sessão legislativa seguinte constitui limitação circunstancial do exercício do Poder Constituinte Derivado.
 - O Poder Constituinte Originário deve ser exercido de forma a conservar a ordem jurídica anterior e obedecer às regras de processo legislativo criadas antes de sua formação.
 - Diversamente do Poder Constituinte Derivado, que é político, o Originário é jurídico, pois apenas revela o exercício de uma competência reformadora da ordem constitucional.
- 13) Considerando as disposições da Constituição Federal sobre a ação direta de inconstitucionalidade e a ação declaratória de constitucionalidade, assinale a alternativa em que todos são legitimados para a propositura dessas ações.
- Governador do Distrito Federal, Entidade de classe de âmbito estadual e o Procurador-Geral da República.
 - Partido político com representação no Congresso Nacional, Mesa da Câmara Legislativa do Distrito Federal e a Mesa do Senado Federal.
 - Governador de Estado, Confederação sindical e Presidente de seção estadual da Ordem dos Advogados do Brasil.
 - Mesa de Assembleia Legislativa, Mesa de Câmara Municipal e o Vice-Presidente da República.

- 14) Assinale a alternativa **INCORRETA** no tocante às disposições da Constituição Federal sobre finanças públicas.
- A competência da União para emitir moeda será exercida exclusivamente pelo banco central.
 - É vedado ao banco central conceder, direta ou indiretamente, empréstimos ao Tesouro Nacional e a qualquer órgão ou entidade que não seja instituição financeira.
 - O banco central poderá comprar e vender títulos de emissão do Tesouro Nacional, com o objetivo de regular a oferta de moeda ou a taxa de juros.
 - As disponibilidades de caixa da União serão depositadas no banco central; as dos Estados, do Distrito Federal, dos Municípios e dos órgãos ou entidades do Poder Público e das empresas por ele controladas, em instituições financeiras oficiais, vedada qualquer disposição legal em outro sentido.
- 15) Considerando as disposições da Constituição Federal sobre as finanças públicas, assinale a alternativa correta.
- A lei orçamentária anual disporá sobre o orçamento de investimento das empresas em que a União, direta ou indiretamente, detenha a maioria do capital social com direito a voto.
 - A lei orçamentária anual não conterà dispositivo estranho à previsão da receita e à fixação da despesa, incluindo-se na proibição a autorização para abertura de créditos suplementares e contratação de operações de crédito.
 - A lei que instituir plano plurianual não poderá estabelecer diretrizes, objetivos e metas da administração pública federal para as despesas relativas aos programas de duração continuada.
 - A lei de diretrizes orçamentárias compreenderá as metas e prioridades da administração pública federal, excluindo as despesas de capital para o exercício financeiro subsequente.
- 16) Examine os itens abaixo e assinale a alternativa correta considerando as normas da Constituição Federal sobre a Administração Pública.
- Os acréscimos pecuniários percebidos por servidor público serão computados nem acumulados para fins de concessão de acréscimos ulteriores.
 - Independente de autorização legislativa a criação de subsidiárias das sociedades de economia mista, assim como a participação de qualquer delas em empresa privada.
 - A administração fazendária e seus servidores fiscais terão, dentro de suas áreas de competência e jurisdição, precedência sobre os demais setores administrativos, na forma da lei.
 - A criação de autarquias e a instituição de empresas públicas independem de previsão legal.
- 17) Assinale a alternativa correta com base nas disposições da Lei Federal nº 8.666, de 21/06/1993 que regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências.
- Nos termos da referida lei, é vedado à Administração Pública celebrar contrato com pessoas jurídicas domiciliadas no estrangeiro.
 - Os contratos administrativos de que trata a referida lei regulam-se pelas suas cláusulas e pelos preceitos de direito público, aplicando-se-lhes, supletivamente, os princípios da teoria geral dos contratos e as disposições de direito privado.
 - A duração dos contratos regidos pela referida lei ficará adstrita à vigência dos respectivos créditos orçamentários, sem exceções.
 - A declaração de nulidade do contrato administrativo não se dá retroativamente, permanecendo válidos os efeitos jurídicos que ele, ordinariamente, deveria produzir.

18) Considere as disposições da Lei Federal nº 8.666, de 21/06/1993 que regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências e assinale a alternativa correta.

- a) Qualquer cidadão é parte legítima para impugnar preço constante do quadro geral em razão de incompatibilidade desse com o preço vigente no mercado.
- b) As compras sempre deverão ser processadas através de sistema de registro de preços.
- c) A existência de preços registrados obriga a Administração a firmar as contratações que deles poderão advir.
- d) As compras deverão se dar mediante especificação completa do bem a ser adquirido com indicação de marca.

19) Assinale a alternativa correta conforme as disposições da Consolidação das Leis do Trabalho sobre a jornada de trabalho.

- a) Considera-se trabalho em regime de tempo parcial aquele cuja duração não exceda a trinta horas semanais.
- b) O tempo despendido pelo empregado até o local de trabalho e para o seu retorno, por qualquer meio de transporte, não será computado na jornada de trabalho quando o empregador fornecer a condução.
- c) A duração normal do trabalho poderá ser acrescida de horas suplementares, em número não excedente de 4 (quatro), desde que mediante contrato coletivo de trabalho.
- d) Não serão descontadas nem computadas como jornada extraordinária as variações de horário no registro de ponto não excedentes de cinco minutos, observado o limite máximo de dez minutos diários.

20) Assinale a alternativa correta conforme as disposições da Consolidação das Leis do Trabalho sobre o contrato individual de trabalho.

- a) Só se considera contrato individual de trabalho o acordo expresso, correspondente à relação de emprego.
- b) O contrato de trabalho por prazo determinado não poderá ser estipulado por mais de 1 (um) ano.
- c) Qualquer que seja o ramo de atividade da sociedade cooperativa, não existe vínculo empregatício entre ela e seus associados, nem entre estes e os tomadores de serviços daquela.
- d) O contrato de trabalho por prazo determinado que, tácita ou expressamente, for prorrogado passará a vigorar sem determinação de prazo.

21) Assinale a alternativa correta conforme as disposições da Consolidação das Leis do Trabalho sobre o rito sumaríssimo no dissídio individual.

- a) Os dissídios individuais cujo valor não exceda a quarenta vezes o salário mínimo vigente na data do ajuizamento da reclamação ficam submetidos ao procedimento sumaríssimo, excluídas as demandas em que é parte a Administração Pública autárquica.
- b) Os dissídios individuais cujo valor não exceda a sessenta vezes o salário mínimo vigente na data do ajuizamento da reclamação ficam submetidos ao procedimento sumaríssimo, excluídas as demandas em que é parte a Administração Pública autárquica.
- c) Os dissídios individuais cujo valor não exceda a quarenta vezes o salário mínimo vigente na data do ajuizamento da reclamação ficam submetidos ao procedimento sumaríssimo, incluídas as demandas em que é parte a Administração Pública autárquica.
- d) Os dissídios individuais cujo valor não exceda a sessenta vezes o salário mínimo vigente na data do ajuizamento da reclamação ficam submetidos ao procedimento sumaríssimo, incluídas as demandas em que é parte a Administração Pública autárquica.

22) Assinale a alternativa correta conforme as disposições da Consolidação das Leis do Trabalho sobre a comissão prévia de conciliação nos dissídios individuais.

- a) As empresas e os sindicatos podem instituir Comissões de Conciliação Prévia, de composição paritária, com representante dos empregados e dos empregadores, com a atribuição de processar e julgar os conflitos individuais do trabalho.
- b) A Comissão instituída no âmbito da empresa será composta de, no mínimo, dois e, no máximo, dez membros.
- c) É vedada a dispensa dos representantes dos empregados membros da Comissão de Conciliação Prévia, titulares e suplentes, até dois anos após o final do mandato, salvo se cometerem falta grave, nos termos da lei.
- d) Qualquer demanda de natureza trabalhista será submetida à Comissão de Conciliação Prévia, ainda que, na localidade da prestação de serviços, não houver sido instituída a Comissão no âmbito da empresa ou do sindicato da categoria.

23) Assinale a alternativa correta conforme as disposições da Consolidação das Leis do Trabalho sobre a Comissão Interna de Prevenção de Acidentes (CIPA).

- a) Os representantes dos empregados, titulares e suplentes, serão eleitos em escrutínio aberto, do qual participem, independentemente de filiação sindical, exclusivamente os empregados indicados pelo empregador.
- b) O mandato dos membros eleitos da CIPA terá a duração de 1 (um) ano, permitidas duas reeleições.
- c) Os titulares da representação dos empregados nas CIPA (s) não poderão sofrer despedida arbitrária, entendendo-se como tal a que não se fundar em motivo disciplinar.
- d) O empregador designará, anualmente, dentre os seus representantes, o Presidente da CIPA e os empregados elegerão, dentre eles, o Vice-Presidente.

24) Assinale a alternativa correta conforme as disposições da Lei federal nº 10.406, de 10/01/2002, que instituiu o código civil brasileiro sobre a declaração de morte presumida.

- a) A declaração de morte presumida sempre dependerá de decretação de ausência.
- b) Pode ser declarada a morte presumida, pela decretação de ausência baseada na verificação de ser extremamente provável a morte de quem estava em perigo de vida.
- c) A sentença de declaração da morte presumida não poderá fixar a data provável do falecimento.
- d) Pode ser declarada a morte presumida, sem decretação de ausência se alguém, desaparecido em campanha ou feito prisioneiro, não for encontrado até dois anos após o término da guerra.

25) Assinale a alternativa correta conforme as disposições da Lei federal nº 10.406, de 10/01/2002, que instituiu o código civil brasileiro sobre como são chamados os bens que, embora reunidos, se consideram de per si, independentemente dos demais.

- a) Bens singulares.
- b) Universalidade de fato.
- c) Bens fungíveis.
- d) Universalidade de direito.

26) Assinale a alternativa correta conforme as disposições da Lei federal nº 10.406, de 10/01/2002, que instituiu o código civil brasileiro.

- a) A confissão conserva sua eficácia se provém de quem não é capaz de dispor do direito a que se referem os fatos confessados.
- b) Os traslados e as certidões considerar-se-ão instrumentos particulares, se os originais se houverem produzido em juízo como prova de algum ato.
- c) A escritura pública, lavrada em notas de tabelião, é documento dotado de fé pública, fazendo prova plena.
- d) Os livros e fichas dos empresários e sociedades não provam contra as pessoas a que pertencem.

27) Assinale a alternativa correta conforme as disposições da Lei federal nº 5.869, de 11/01/1973, que instituiu o código de processo civil brasileiro sobre a sentença meritória liminar.

- a) Só pode resolver questão repetitiva, podendo ser proferida sem a citação do réu.
- b) Só pode ser proferida em processo de execução, desde que antes da citação do réu.
- c) Só pode resolver processo que verse sobre matéria de fato a ser esclarecida em dilação probatória.
- d) Só pode ter fundamento em vício processual.

28) Assinale a alternativa correta conforme as disposições da Lei federal nº 5.869, de 11/01/1973, que instituiu o código de processo civil brasileiro sobre os princípios processuais aplicáveis aos recursos.

- a) O princípio da unicidade estabelece que apenas a lei federal pode dispor sobre as espécies recursais.
- b) O princípio da taxatividade estabelece que as custas processuais devem ser recolhidas pela parte que interpuser o recurso.
- c) O princípio do duplo grau de jurisdição tem previsão expressa na Constituição Federal brasileira, constituindo garantia inderrogável.
- d) A proibição de reformatio in pejus não se aplica às matérias de ordem pública.

29) Assinale a alternativa correta conforme as disposições da Lei federal nº 5.869, de 11/01/1973, que instituiu o código de processo civil brasileiro sobre os recursos.

- a) Recebida a apelação, o apelado sempre poderá promover, desde logo, a execução provisória da sentença, extraindo a respectiva carta.
- b) A apelação será recebida só no efeito devolutivo, quando interposta de sentença que homologar a divisão ou a demarcação.
- c) Das decisões interlocutórias proferidas na audiência de instrução e julgamento caberá agravo na forma de instrumento para impugnar decisão suscetível de causar à parte lesão grave e de difícil reparação.
- d) O agravo retido poderá depender de preparo se a lei local assim o exigir.

30) Assinale a alternativa correta conforme as disposições da Lei federal nº 5.869, de 11/01/1973, que instituiu o código de processo civil brasileiro sobre os embargos do devedor na ação de execução.

- a) Dependem de depósito no valor integral da dívida para serem julgados, independentemente das razões do embargante.
- b) Sempre têm efeito suspensivo.
- c) Podem ter efeito suspensivo em caso de risco de prejuízo de grave e incerta reparação, mas não impedirão a efetivação dos atos de penhora e de avaliação dos bens.
- d) Podem versar apenas sobre matéria jurídica que possa ser conhecida de plano e que deva ser conhecida de ofício pelo juiz.